

“A CONTEMPLAR EMULDECIDA AS REFULGENTES HISTÓRIAS DE SEU PASSADO DE TRIUNFOS”: Luiz José da Costa Filho e o anjo lacrimoso da História (1907-1917)

“CONTEMPLATING WITH EMOTION THE SHINING STORIES OF ITS TRIUMPHANT PAST”: Luiz José da Costa Filho and the Tearful Angel of History (1907-1917)

Ane Luise Silva Mecenas SANTOS¹

Resumo: O presente artigo busca analisar os fazeres historiográficos de Luiz José da Costa Filho ao longo dos dois primeiros decênios do século XX, por meio dos textos publicados em jornais aracajuanos entre os anos de 1907 e 1917. O intelectual contribuiu ao propor uma concepção de história articulada com os fazeres e com as demandas oriundas das experiências vivenciadas em solo nacional. Um fazer que implicava não somente na contemplação dos resquícios do passado, mas, notadamente, no exercício de encontrar sentido na ordenação do passado e na problematização acerca da condição do patrimônio.

Palavras-chave: Luiz José da Costa Filho, Intelectual, História, Patrimônio.

Abstract: This article seeks to analyze the historiographical contributions of Luiz José da Costa Filho during the first two decades of the 20th century, through texts published in newspapers in Aracaju between 1907 and 1917. Costa Filho proposed an articulated conception of history that integrated the actions and demands arising from national experiences. His work involved not only the contemplation of the past but also the critical exercise of finding meaning in the organization of historical events and addressing the condition of heritage.

Keywords: Luiz José da Costa Filho, Intellectual, History, Heritage.

Introdução

Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. *O anjo da história deve ter esse aspecto*. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstituir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não as consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval (Benjamin, 2012, p. 14).

¹ Professora Adjunta do Departamento de História do Ceres da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: anemecenas@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5648-7060>.

As palavras que abrem este artigo remetem à reflexão de um dos principais intelectuais do século XX: Walter Benjamin (1892-1940). São palavras que aludem ao desconforto da atitude historiográfica em observar o passado em ruínas e perceber a impossibilidade de reconstruí-lo, de salvá-lo da destruição. O anjo da história volta-se para o passado, mas é impelido a distanciar-se, arrancado pelos ventos do progresso em direção ao futuro. Ele almeja, inútilmente, acordar os mortos e reconstituir as ruínas. Todavia, ele é sugado pelo futuro.

Essas metáforas analíticas acionadas por Walter Benjamin ao longo da primeira metade do século XX para construir uma reflexão sobre os domínios da história serão mobilizados neste texto como reflexão para pensar os fazeres historiográficos de outro intelectual coetâneo, que viveu na outra margem do Atlântico e que também discorreu acerca dos sentidos atribuídos à escrita da história. Um intelectual que pensou a História entre as demandas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da atuação profissional como docente de História no ensino secundário. Refiro-me a Luiz José da Costa Filho (1886-1944).

Costa Filho, como era mais conhecido no cenário intelectual sergipano da Primeira República, era bacharel formado pela Faculdade de Direito da Bahia e atuou como professor de História e Geografia do Atheneu Sergipense a partir de 1916. Além disso, desde o primeiro decênio da centúria novecentista, ele desempenhou uma forte atuação na imprensa, por meio da publicação de ensaios que tratavam de temas variados, como política, religião, atividades econômicas e literatura. Os seus escritos versavam sobre biografias, direito internacional, monumentos históricos e teoria da história. Não foi por acaso que ele chegou a ser pensado como um polígrafo (Silva, 2003).

Nesses escritos, Costa Filho mobilizou esforços em polemizar sobre as funcionalidades atribuídas ao conhecimento histórico e aos monumentos que remetiam aos “vultos alquebrados das recordações do passado”. Ao experienciar estadias na antiga capital sergipana, São Cristóvão, o intelectual escrevia para expor as suas mágoas acerca do abandono da cidade que fazia recordar o passado de sua terra. Uma reflexão que reafirmava a condição de partícipe no pequeno grupo de letrados do estado que discorriam sobre a salvaguarda da memória materializada nos monumentos,¹ assim como implementava uma significativa contribuição no processo de definição da história.

Neste sentido, é possível inserir Luiz José da Costa Filho entre os intelectuais brasileiros que contribuíram para edificar uma concepção de história articulada com os fazeres e com as demandas oriundas das experiências vivenciadas em solo nacional. Um fazer que implicava não somente na contemplação dos resquícios do passado, mas,

notadamente, no exercício de encontrar sentido na ordenação do passado. Se o anjo da história pensado por Walter Benjamin era repellido para o futuro, o anjo lacrimoso da recordação tecido por Costa Filho pairava sobre as ruínas.

Diante do exposto, tenho como objetivo analisar os fazeres historiográficos de Luiz José da Costa Filho ao longo dos dois primeiros decênios do século XX. Para isso, manuseio como fonte privilegiada os escritos do autor publicados em jornais aracajuano entre os anos de 1907 e 1917, ou seja, um período que cobre a atuação do intelectual no decênio anterior ao seu ingresso nos quadros docentes do Atheneu Sergipense (Alves, 2005) e que também foram os primeiros momentos de sua atuação como sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, fundado em 1912 (Dantas, 2012).

Para isso, parto da noção de intelectual empregada por Jean-François Sirinelli (2007), com o intuito de articular a construção de seu pensamento historiográfico com a atuação política. A compreensão de Sirinelli acerca do intelectual implica:

Por esta última razão, é preciso, a nosso ver, defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes. Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os "mediadores" culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou "mediadores" em potencial, e ainda outras categorias de "receptores" da cultura. É evidente que todo estudo exaustivo do meio intelectual deveria basear-se numa definição como esta (Sirinelli, 2007, p. 242).

No caso de Luiz José da Costa Filho é possível pensá-lo como um intelectual que atuou como mediador cultural, por meio da lida na imprensa como articulista e no ensino secundário como lente da cadeira de História. Além disso, ao contrário de outros homens de letras, confrades do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Costa Filho não chegou a publicar um grande livro que expusesse a síntese de seu pensamento historiográfico. Os seus escritos ficaram circunscritos à pulverização de pequenos jornais de Sergipe e do Rio de Janeiro.

Essa ausência de um livro basilar, de algum modo corroborou para que as contribuições acadêmicas do intelectual fossem tangenciadas pela historiografia. Os seus fazeres historiográficos foram pensados de forma diluída, no âmbito intelectual da república das letras em terras sergipanas (Souza, 2002). Desse modo, o seu nome é lembrado como um sujeito que contribuiu em comissões como a de redatores da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (Freitas, 2002, p. 25). Como um dos redatores do principal veículo de difusão dos saberes históricos de Sergipe na primeira

metade do século XX, Costa Filho também contribuiu com um significativo número de artigos publicados. No entender de Itamar Freitas:

Entre os membros que trabalharam recolhendo e selecionando material, muitos escreveram para o veículo. Alguns dos organizadores da Revista chegaram a despontar como seus mais ativos contribuintes. Prado Sampaio e Epifânio Dória foram exemplos disso. Mas também há redatores e membros da Comissão da Revista que nunca publicaram trabalhos como Maria Rita e Maria Neli Santos. Na primeira fase da Revista, que vai da fundação até 1929, podem ser destacados Prado Sampaio (16 trabalhos), seguido por Costa Filho (9), Lima Júnior (8), Oliveira Telles (6), Barreto Neto, Armino Guaraná e Elias Montalvão (5), Moreira Guimarães (4), Helvécio de Andrade, Homem de Melo, João da Silva melo, Enock Santiago e Pires Wynne (2). Esse grupo de sócios foi responsável por aproximadamente 70% dos trabalhos publicados (Freitas, 2002, p. 26).

De acordo com Itamar Freitas, ao longo do período da Primeira República, Costa Filho se tornou um dos mais prolíferos colaboradores da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, com nove textos publicados. Numericamente, ele só esteve abaixo do opimo Prado Sampaio. Esses são dados que evocam um intelectual que se tornou uma voz operante no debate científico ao longo dos primeiros decênios republicanos. Além da dimensão quantitativa, ressalta-se a robustez que caracterizava os escritos de Costa Filho, ao enfrentar questões espinhosas, como o tema de seu artigo inaugural na Revista do IHGSE de 1913, no qual “discorreu sobre o paralelo entre a força e o direito” (Dantas, 2012, p. 64). Ao contrário da maior parte de seus confrades, ele optava em priorizar o debate sobre o estatuto epistêmico da ciência.

Entretanto, nem as colaborações nos jornais, nem os artigos publicados na revista do sodalício sergipano tornaram-se alvo da atenção da historiografia. Tanto os escritos biográficos, quanto os de teor teórico permaneceram no limbo da ciência, à espera de apreciações analíticas. Os escritos de Costa Filho atinentes ao patrimônio foram tomados apenas como exemplos de um preâmbulo do debate atinente ao patrimônio histórico ao longo da Primeira República. Conforme Santos:

Contudo, esse ato instituído por Eronides de Carvalho atendia a um pleito defendido pelos intelectuais sergipanos desde os primeiros anos do raiar do século XX, como o estarecedor artigo do pensador da história Luiz José da Costa Filho, publicado no dia 8 de março de 1907 (Santos, 2016, p. 158).

Diante do exposto, é oportuno pensar acerca desses escritos e das contribuições de Costa Filho para a construção de uma definição de história e de usos do passado na construção da sociedade. Pautado neste intuito, o presente artigo encontrava-se

estruturado em três momentos. No primeiro recorro aos aspectos biográficos do autor, a partir de sua inserção nas sociedades acadêmicas estaduais e de seus fazeres científicos. No segundo, aciono a concepção de história construída pelo intelectual a partir de seus escritos na imprensa. Por fim, emprego a questão da ruína e do anjo lacrimoso do passado para discorrer acerca da questão do patrimônio e dos resquícios do passado na produção historiográfica do autor.

“De notáveis qualidades intelectuais”: Costa Filho, o historiador

Jean-François Sirinelli assevera que os intelectuais constituem um grupo consideravelmente escorregadio, ambivalente e complexo. Isso implicou nos usos imprecisos dessa noção, pois prevalece “o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais” (Sirinelli, 2007, p. 243). Neste sentido, cartografar os sujeitos por meio de sua atuação intelectual resulta no enfrentamento de um desafio, na heurística de vestígios que sinalizem as escolhas e posicionamentos diante do debate público. Os intelectuais encontram-se inseridos em uma arena, mergulhados em conflitos entre os pares, ou seja, forjando tensões em prol de ideais.

Diante de tais circunstâncias, torna-se humanamente impossível a captura das múltiplas facetas do sujeito envolto na trama intelectual. Quaisquer iniciativas providas desta ambição se inserem na armadilha biográfica (Bourdieu, 2010). Assim, recorro apenas à dimensão do intelectual que moveu no movimento campo da imprensa, que no caso de Costa Filho, tornou-se palco principal de divulgação de suas ideias. Essa faceta de articulista foi ressaltada pelo biógrafo Liberato Bittencourt:

LUIZ JOSÉ DA COSTA FILHO – Poeta e jornalista. Nasceu em Propriá, a 3 de outubro de 1886. Esteve matriculado na academia de direito. Foi deputado estadual várias vezes, e é jornalista de mérito incontestável. Publicou em 1905 as suas produções poéticas *Alma do Sol*, *Poema das Plantas* e *Festum Lucis* e mais tarde os seguintes folhetos, de valia indiscutível: *O Governo nos Estados Livres*, *A Liberdade e a Igreja*, *O Santo Governo*, *Um grande sergipano*, *Leis e um conceito jurídico*, *Em prol da Alemanha*, *Pedro de Calazans*, *Memória*, *Aspectos Jurídicos e a Vida do Direito* (Bittencourt, 1913, p. 174).

A lavra do poeta não constitui o escopo deste trabalho, mas de algum modo Liberato Bittencourt corrobora para anunciar um intelectual que não somente investiu na tecitura de textos voltados para a imprensa, assim como também empreendeu na publicação de pequenos folhetos que discorriam sobre alguns dos principais problemas do país no emergir da centúria novecentista. Costa Filho mostrou-se afeito ao debate,

moveu-se nos meandros da polêmica, revirando os assuntos mais delicados de seu tempo. Assim, ele discorreu sobre a liberdade religiosa nos meandros do regime republicano e o fim do padroado régio, a função do direito na formação das sociedades modernas e sobre a superioridade da república em relação à monarquia. Sobre este quesito, Costa Filho publicou um inquietante artigo no qual defendia a queda da monarquia em terras lusitanas:

Na história política de Portugal, hoje riscada em sua primeira página mais recente com um traço auriverde de liberdade, avulta a repetição gloriosa de um tipo extraordinário que assombrou o mundo há muitos anos já, do seu posto de honra, na ilustre e famosa terra da Alemanha. O homem de maior valor que Portugal hoje possui, o que mais pesa na balança moral desse velho país das rabugices genealógicas, é o ex-conselheiro e insigne cidadão lusitano, que acaba de legar seu grande nome a um ministério agitado: é João Franco. Até não parece português. Porque Portugal é tão carente, tão fraco e tão cativo ainda, que no momento em que a liberdade melhor lhe sorri, no momento em que mais necessidade sente de um gigante do calibre intelectual e da esfera nobremente política de João Franco, neste momento todo de vacilações e angústias, é que justamente expulsa-o, ou deixa-o partir para as amarguras de um degradante exílio (Costa Filho, 5 de abril de 1908, p. 1-2).

A inserção de Costa Filho em defesa da república, acionada como único caminho viável para se instituir a liberdade, não havia fronteiras. A antiga metrópole foi acionada como um espaço do atraso, das contradições e incoerências, pois no momento no qual mais necessitava instituir a ruptura do modelo político havia exilado o que o autor considerava como o maior nome da política e das letras lusitanas. Assim, o intelectual republicano de Sergipe se via envolto nas questões da liberdade na Europa. Ele conclamava: “Portugueses, tirais do exílio a vossa liberdade” (Costa Filho, 5 de abril de 1908, p. 2).

República e monarquia foram acionadas por Costa Filho como forças antagônicas e metaforizadas pela temporalidade: a monarquia era o passado que ainda persistia em agonizar nas sociedades contemporâneas, uma presença incômoda e condenada a desaparecer. A república, por seu turno, emergia como o símbolo da modernidade, o futuro que já podia ser contemplado em determinadas instâncias espaciais, inclusive, no Brasil (Gonçalves, 2002, p.33). A república era uma quimera para os povos que ainda desconheciam a liberdade.

No caso de Luiz José da Costa Filho, os ideais republicanos não foram mobilizados exclusivamente no âmbito da retórica ou da teoria. Assim como a maior parte dos intelectuais do período entre secular, ele também ocupou cargos públicos e se tornou um agente da política nacional no processo de consolidação do regime republicano. Armindo Guaraná no Dicionário Biobibliográfico Sergipano destacou essa presença do

intelectual no campo político: “Foi deputado estadual na legislatura de 1912-1913, tendo feito parte da mesa como segundo secretário. Em 1913 serviu interinamente como procurador da República, por nomeação de 8 de novembro” (Guaraná, 1925, p. 200).

Esse envolvimento na política partidária começou ainda nos primeiros anos do século XX. Ao mudar-se para a capital sergipana com o intuito de realizar o curso secundário no Atheneu Sergipense, Costa Filho entrou em contato com o grupo político liderado pelo também jovem carismático Fausto Cardoso. Em decorrência dessa aproximação, Costa Filho tornou-se um dos atores envolvidos na revolta de 1906 (Oliva, 2014). Esse envolvimento foi destacado por Armindo Guaraná:

Luiz José da Costa Filho, Bacharel. – Filho de outro de igual nome e D. Maria dos Prazeres Costa, nasceu na cidade de Propriá a 3 de outubro de 1886.

Estudou primeiras letras em sua terra natal no colégio dirigido pelo professor Cândido Campos.

Em novembro de 1903, desejando teatro mais amplo para a sua atividade intelectual, transportou-se para o Aracaju, onde fez os estudos de preparatórios, frequentando o “Atheneu Sergipense”.

Em 1904 entrou para a redação do “Jornal de Sergipe”, revelando desde logo qualidades de jornalista. Devotado ao grande tribuno Dr. Fausto Cardoso acompanhou-o na jornada política de 1906, sofrendo com ele os dissabores das lutas partidárias (Guaraná, 1925, p. 200).

Os dados biográficos arrolados por Armindo Guaraná evidenciam que Costa Filho entabulou uma concepção revolucionária da política republicana ainda nos primórdios da centúria novecentista. Em prol do que ele entendia como liberdade, os homens poderiam pegar em armas e lutar contra a opressão. Essa conduta envolta na lida pragmática da política sergipana em 1906 corrobora com a defesa propalada dois anos depois, quando asseverou que a “humanidade acredita, que Portugal não suportará por muito tempo mais a desonra desse exílio forçado e doloroso” (Costa Filho, 5 de abril de 1908, p. 2).

Desta feita, a mediação cultural do intelectual Costa Filho se deu, primordialmente, no âmbito da política e da atividade na imprensa. Os qualitativos de jornalista foram acionados pelo biógrafo Liberato Bittencourt:

Costa Filho é de média estatura, mas de forte compleição. Fez-se por si próprio. Além de *notáveis qualidades intelectuais*, tem ao seu dispor valiosos predicados de caráter. É um homem honesto e nobre, major da guarda nacional, sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. A Santa Fé Apostólica Romana condecorou-o com uma Bênção Papal, assinada por S. S. Pio X, “pelos relevantes serviços de ordem intelectual prestados à Santa Madre Igreja” (Bittencourt, 1913, p. 175).

O verbete biográfico construído por Liberato Bittencourt é um dos poucos registros que evidenciam uma descrição física do intelectual sergipano. Informações que

foram complementadas pelo registro fotográfico publicado no decênio subsequente, no dicionário de Armindo Guaraná, conforme pode ser observado na Figura I:

Figura I -Costa Filho



Fonte: Guaraná, 1925, p. 200.

Costa Filho, ao longo dos primeiros decênios do século XX tornou-se membro de importantes sociedades historiográficas do mundo. Armindo Guaraná menciona que além dos Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, ele integrou a Academia Latina das Ciências e Belas Letras de Paris, a Sociedade Acadêmica de História da França, a Sociedade Científica da Itália, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os congêneres estaduais do Espírito Santo, Minas Gerais e Ceará (Guaraná, 1925, p. 200). O intelectual era um homem de academia e se tornou um exímio articulista na imprensa sergipana, teve como predileção discorrer sobre a concepção de História. Neste sentido, cabe discorrer sobre os seus fazeres no tocante à teoria da história.

“Uma formidável inconstante”: a concepção de história

Ao longo de sua trajetória, Luiz José da Costa Filho mobilizou a História a partir de uma propositura pragmática, que fundamentava não somente o olhar retrospectivo da sociedade, mas também capaz de mobilizar o direcionamento das ações no tempo presente. Diante de um quadro no qual o intelectual não chegou a sistematizar o seu pensamento historiográfico em um livro que condessasse a dimensão gnosiológica da História, discorrer acerca da concepção de história tecida por Costa Filho implica em vasculhar textos fragmentários, pulverizados nas páginas amarelcidas da imprensa pretérita.

A epistemologia da história diluída na imprensa repercute em algumas características particulares que dificultam a identificação das possíveis conexões teóricas do pensamento autoral, bem como das fontes inspiradoras do raciocínio. Isso ocorre, principalmente, em decorrência da ausência quase total de citações ou de referências às bases que fundamentam o argumento. Deste modo, torna-se necessário pensar em outras articulações, plausíveis de mensurar as fontes dos lampejos teóricos.

Como já foi observado anteriormente, uma das principais inspirações políticas de Costa Filho era o líder republicano Fausto Cardoso, assassinado na revolta de 1906. Ao considerar que Fausto Cardoso foi um intelectual que também investiu na construção de uma epistemologia para a História, é prudente pensar acerca das possíveis aproximações do pensamento entre os dois intelectuais sergipanos. De acordo com Piero Detoni, a “preocupação mais imediata de Fausto Cardoso é solucionar um problema de ordem epistemológica: o de como organizar uma teoria científica, sendo ela um espelhamento do universo empírico” (Detoni, 2021, p. 204).

Assim, no pensamento historiográfico faustista, teoria e empiria se encontravam coadunadas. Certamente, se trata de um elemento do qual Costa Filho comungava. A história era um conhecimento que ao ser sistematizado, fornecia os pilares para a leitura da sociedade, tanto em dimensão diacrônica, quanto sincrônica. Em certa medida, para Costa Filho a História seria provida de leis, nas quais poderiam possibilitar o vislumbrar das repetições. Ao pensar sobre a situação histórica da monarquia lusitana, ele asseverou:

Será porque Portugal não compreenda que João Franco representa a liberdade abnegada, o sonho suspirado, a República sonhada e querida de seus filhos, do seu povo, de sua raça? Não. É porque o velho país lusitano ainda está sofrendo o opróbio de um rei, a desgraça de um potentado.

A cora é uma vergonha; o espírito do século renega-a.

Se Portugal quer realmente ser livre, não deve consentir no reinado de mais um tirano. Elimina-lo, eis a questão. Depois, é seu dever proclamar o regime das liberdades e colocar a João Franco nas alturas da presidência. Este Conselheiro exemplo, Conselheiro gigante, Conselheiro portento, é talvez o tipo assombroso de Bismarck que *se repete na história política e social do Velho Continente* (Costa Filho, 5 de abril de 1908, p. 2).

A assertiva de Costa Filho referenda uma concepção na qual a história seria passível de repetição. Uma repetição que não estaria pautada nos episódios, mas na emergência de sujeitos, com qualidades similares e capazes de movimentar a sociedade para as grandes rupturas, as transformações mais abruptas. Essa concepção elucidava também um viés no qual a história estaria provida de leis. A experiência humana ao longo do tempo estaria regulada pelas leis incontornáveis. Tal questão foi explicitada em um

artigo publicado no impresso Folha de Sergipe em 1908, no qual, ele formulou as premissas atinentes à filosofia da história em formato de uma carta endereçada à Afonso XIII, monarca da Espanha:

Fatalmente, porém, a filosofia inexorável e perpétua da História, impondo a intransferível execução uma das suas soberanas e formidáveis leis, abrevia o vosso domínio sobre a Espanha. A História, jovem Majestade, com a sua prodigiosa filosofia infalível, faz vítimas de toda a sorte, sem distinção de classes nem de posições na gama social; assim, vós sois por mim apreciado como vítima precoce e inconsciente de uma lei filosófica dessa monumental e assombrosa História (Costa Filho, 16 de abril de 1980, p. 1).

Na concepção de Costa Filho, as leis da história seriam inevitáveis, independentemente do poderio e da classe social dos sujeitos históricos. Ele evocava o problema das leis reguladoras da história para pensar os problemas atinentes ao tempo presente. O seu argumento tinha como pano de fundo revelar que a monarquia, em quaisquer partes do mundo, era um modelo de governo arcaico e anacrônico, inconcebível no cenário marcado pela pungente expansão dos ideais de liberdade.

Embebido pelo entusiasmo decorrente da queda da monarquia brasileira em 1889, ele passava a preconizar a derrocada dos monarcas europeus, notadamente, Portugal e Espanha. Neste sentido, a lei da história possibilitaria acelerar os movimentos e a atuação da sociedade. A história tornava-se uma lição, um recurso pedagógico para conduzir as novas gerações ao futuro. Todavia, isso não implicava em tomar a história na perspectiva de Cícero, como mestra da vida. A lição da história necessariamente não se daria de forma diacrônica, mas primordialmente, sincrônica. O movimento em determinado contexto temporal que se tornava implacável e incontornável. Isso pode ser percebido em outro momento da carta direcionada ao monarca Afonso XIII:

Ninguém será culpado por fosso aniquilamento.
Vós representais a obra paciente e afanosa de uma longa dinastia que acabara em vós, pois vos anunciastes no mundo como o seu ponto final, o término patente de sua ruidosa jornada.
Eu vos admiro pela vossa coragem.
Eu vos admiro pela vossa inteligência.
Eu vos admiro pela vossa vontade.
Pela primeira vos livrastes daquela bomba que Paris vos ofereceu como presente grego; pela segunda, saístes a salvo daquela outra que a vossa Nação vos ofertou como presente nupcial; e pela terceira, dessa bomba mais recente, que vos aguardava fulminante, em Salamanca, à porta de um teatro.
Triunfastes, Rei.
Majestade, vencestes pela terceira vez. Mas, cuidado!
A História, como uma sentinela terrível e inexorável, tem os olhos imensos voltados para vós.

Majestade, a História é uma hecatombe contínua.

E vós que sois um Rei de firme vontade, um Rei ilustre, um Rei de talento, um Rei corajoso e resignado, absolvei, antes, de cerrar as pálpebras, as mãos gigantes que sustarem o movimento do vosso prendado coração.

As armas valentes da gloriosa Espanha, vos tenham em sua denodada guarda (Costa Filho, 16 de abril de 1908, p. 1).

A missiva escrita por Luiz José da Costa Filho revelava uma concepção de história análoga à uma interpretação teleológica. No caso da coroa espanhola, apesar da astúcia do monarca que buscava desvencilhar-se dos atentados, a derrocada era vista como inevitável. Pela lei da História, não haveria possibilidade em alterar o destino. O movimento que arrolava em espaços vizinhos só poderia ser retardado, mas não impedido. As vitórias obtivas diante das tentativas de assassinato eram efêmeras, heroicos e inofensivos atos de resistências que apenas protelavam o incontornável e efetivo movimento da lei histórica.

Além disso, Costa Filho acionou a História em perspectiva personalizada. Tratava-se da sentinela, sempre vigilante e que nada poderia escapar de seu olhar. Uma sentinela descrita como terrível e inescrutável, símile ao anjo da História que decênios depois seria pincelado por Kree e narrado por Benjamin. Deste modo, Costa Filho revela uma concepção na qual a História seria “uma hecatombe contínua”. Por onde passa, restava-lhe apenas a derrocada dos grandes e às ruínas.

Se no passado o anjo lacrimoso da História somente conseguia vislumbrar aspectos correlatos à ruína e decadência, no tempo presente ele abria espaço para que os ventos da liberdade soprassem sobre todas as sociedades. Os anseios praguejados no Brasil, a partir dos recursos tecnológicos com a imprensa poderia ecoar em outras plagas. O movimento da história tornava-se equiparado entre as nações, notadamente, em situações equipolentes. Esse foi o caso no qual ele discutiu as condições de abandono da classe operária diante do abandono dos patrões e da ausência de leis que lhes assegurassem os direitos basilares:

Em uma das minhas conferências, eu tive oportunidade de combater a inclemência desses patrões, que não ligam a mínima atenção aos seus operários, ou antes, aos seus escravos, quando acometidos de desastres em virtude do próprio ofício. Alguém, entretanto, classificara esta minha conferência que teve o nome de “Fábricas e Oficinas”, com a denominação de *utopia*.

Eu não faço conferências irrealizáveis e sem utilidade real: por isso, que nunca as fiz sobre *beijos, nuvens, flores e casquilharias*.

Combati eu aquela revoltante crueldade dos patrões sem a mais longínqua suspeita de que as minhas palavras de protesto e revolta, tivessem assim brevemente uma realização de tal maneira incisiva e perfeita. E quando menos espero, o grande Presidente Roosevelt, este

prodigioso homem da democracia e das liberdades, atende o meu justo protesto em todas as suas palavras, em todas as suas claras e justíssimas exigências.

Aos ouvidos sempre atentos de Theodoro Roosevelt, chegou talvez o eco humilde e quebrado do meu humaníssimo discurso sobre a sorte comovente dos operários nos tempos hodiernos, ali no salão da “Sociedade Amparo”, proferido no dia 24 de julho de 1907.

Seria assaz aplausível e assaz belo, que a exemplo do grande Presidente, o nosso, deste pitoresco país, também promovesse e assinasse lei idêntica; pelo menos, o operariado brasileiro, anônimo e sem direitos até agora, seria o primeiro a depositar na cabeça de S. Exc. A coroa primeira de louros a que faria jus a sua administração, no referente a sorte aziaga das multidões que trabalham e arrastam para diante o majestoso carro do ruidoso Progresso.

Em recompensa da Lei de ouro, derrame Deus bênçãos infinitas e forças fecundas, sobre o espírito são, ilustre, magnífico e triunfante do homem de gênio, que rege sábia e providencialmente os destinos políticos e sociais da América do Norte.

Exulte o operariado.

Glória a Roosevelt (Costa Filho, 7 de maio de 1908, p. 1).

Certamente, esse é o escrito no qual Costa Filho proclama abertamente o seu posicionamento sobre o encargo intelectual em deliberar acerca da defesa dos interesses da sociedade. O intelectual era equiparado ao político, por meio da proposição epistêmica de soluções para os problemas vigentes na empiria. A ciência, no geral e a história, em particular, deveriam cumprir com uma finalidade pragmática, ou seja, atender às demandas da sociedade. Costa Filho ironizou os escritos sobre coisas supérfluas ou irrealizáveis. Ele defendia que ao intelectual caberia falar ou escrever sobre ações que tivessem “utilidade real”.

Assim como em escritos anteriores, ele defendia que a lei da História poderia implicar na disseminação das ideias. Partiu da premissa de que sua conferência havia orientado a constituição do amparo legal nos Estados Unidos, em consequência do ouvido atento de Roosevelt. Igualmente, as conquistas dos operários norte-americanos deveriam se propagar, a partir das ações que o governo brasileiro poderia tomar pautado na inspiração do vizinho do norte. Os ventos do progresso faziam com que a lei da História fosse sincronicamente profusa. Neste sentido, é pertinente pensar o lugar do passado no pensamento historiográfico de Costa Filho.

“Ressontam a lenda e a história abraçadas”: as ruínas da ex-capital da antiga província

Luiz José da Costa Filho mobilizou uma noção de história pautada na premissa utilitarista, provida de uma finalidade prática na sociedade do tempo presente. A história,

assim, emergia em seus escritos provida de uma regularidade que orientava as sociedades sincrônicas a sentirem as direções do movimento do progresso. Mas qual regra ou lógica regia a sociedade em sua concepção. Ele buscou responder essa inquietação no artigo “A sociedade através dos séculos”, no qual construiu uma leitura panorâmica acerca da trajetória das diferentes sociedades ao longo do tempo. Para o intelectual:

Manifestou-se sempre como um obstáculo ferrenho e poderoso a todas as grandes e imorredoiras criações da cultura, do progresso e da civilização da melhor parte do espírito humano; e sistematicamente rebelde, adversaria das grandes reformas e inimiga dos nobres ideais que tem fulgurado em bruxuleios radiantes na imensidade luminosa de peregrinos cérebros e fenomenais corações, ela, essa eterna mascarada do carnaval do mundo, confusa e incongruente sociedade, tem cimentado com sangue, revestido de tormentos e agonias, e coroado de espinhos e dores, todos os heróis, todos os gênios, todas as glórias e todos os santos, que deixaram gravados em letras de ouro e chama nos epitáfios da História seus nomes triunfantes e augustos (Costa Filho, 15 de novembro de 1912, p. 1).

Na concepção tecida por Costa Filho, história e sociedade eram providas por leis. A primeira tinha como regra a regularidade, o movimento incontornável do progresso, que avançava diacrônica e sincronicamente. A segunda tinha como regra uma baliza que delineava a confusão e incongruência, em relação à norma de cimentar com sangue os homens nascidos para gravar seus respectivos nomes na história. Heróis e santos encontravam destinados a cimentar seus nomes com o próprio sangue. Os chamados grandes homens acabavam por ter como destino histórico o fim do mártir: morrer em decorrência de sua principal virtude. De algum modo, a concepção de sociedade gestada por Costa Filho era devedora do catolicismo. Ser grande implicava em ter um destino trágico, sofrer tormentos e agonias, ser sacrificado. Essa seria a lei vigente sobre a sociedade:

Quem passar em revista, mesmo por mero diletantismo literário, as *paradas verdadeiramente estonteadoras e singulares desse exército de surpresas e catástrofes que é a História*, para logo, sem esforço nenhum de lógica, tão somente por um laço natural de associação de ideias correntes e decorrentes, nota, observa, verifica, o espírito delirante e assustador de incoerência e absoluta contradição, que sempre caracterizou e deprimiu as multidões sociais desde os começos de sua existência política.

A sociedade foi sempre o que ainda hoje é: uma formidável inconstante. Seu caminho foi em todos os tempos o do erro inconsciente, fatal, profundo e incorrigível. Geômetra exigente e rigorosa no traçar os limites acanhados e frágeis do bem, ela revelou-se em todos os estádios históricos generosa e perdulária calculista no organizar a taboa infinita dos logaritmos do mal (Costa Filho, 15 de novembro de 1912, p. 1).

No entender de Costa Filho, a sociedade teria como elemento regulador a inconstância. A sociedade seria marcada pela fragilidade do bem e infinitude do mal. Talvez por este motivo os humanos que foram historicamente reconhecidos como dotados de bondade, genialidade, santidade ou heroísmo haviam sucumbido pela fatalidade social. Neste cenário pessimista, a história tornava-se uma parada de surpresas catastróficas. Contemplar o passado implicava no enfrentamento de experiências pretéritas estonteantes. A História apropinquava-se da ruína. No entendimento de Walter Benjamin:

Quando, com o drama barroco, a história penetra no palco, ela o faz enquanto escrita. A palavra *história* está gravada, com os caracteres da transitoriedade, no rosto da natureza. A fisionomia alegórica da natureza-história, posta no palco pelo drama, só está verdadeiramente presente como ruína. Como ruína, a história se fundiu sensorialmente com o cenário. Sob essa forma, a história não constitui um processo de vida eterna, mas de inevitável declínio (Benjamin, 1984, p. 199-200).

Essa leitura na qual a história fora pensada como um processo de declínio, com um mundo transmutando-se em ruína, inerente ao barroco alemão, pode ser acionado como chave de leitura no tocante ao pensamento historiográfico de Costa Filho. A ruína mobilizada pelo autor implicava em sinais tangíveis da irremediável ausência humana dos grandes homens, dos heróis patrióticos de outrora. Neste sentido, uma simples restauração não seria suficiente para aplacar o sentimento de perda, pois o valor dos monumentos não estava em si mesmos, mas no que eles sinalizavam: a atuação de homens diferenciados, a perda de pessoas do passado que teceram a história por meio de suas vidas. Essa conotação foi revelada no texto “Antiguidades”:

Os edifícios mais antigos de Sergipe e sem dúvida, dos mais antigos do Brasil, são, na decadente cidade de São Cristóvão, ex-capital da velha província: a igreja do Rosário, que data de 1590 e tantos; o convento do Carmo, acabado de construir em 1766; e o convento de São Francisco, edificado em data anterior a esta última.

Que boa seria a vida humana, se sobre a face da Terra existisse ainda pelo menos uma parte da geração dos que trabalharam naquelas três obras seculares! (Costa Filho, 14 de março de 1907, p. 2).

A ruína dos monumentos reluzia a ausência das gerações de construtores da nacionalidade, dos sujeitos que contribuíram para edificar a grande pátria, Brasil e a pequena pátria, Sergipe. Por tal motivo, a decadência da cidade, da primeira capital provincial era irremediável. Tratava-se de um caminho sem volta. O avanço do progresso só permitia ao historiador vislumbrar-se na angustiante paisagem da perda. Este sentimento norteou Luiz José da Costa Filho em sua escrita cerca de um passeio realizado na primeira capital sergipana:

Atormentado pela impaciência que o caminho tortuoso e longo da jornada à antiga e dormente capital de minha terra, soe acordar no espírito do viandante, cheguei às portas daquela *triste cidade*.

Olhei-a com *profunda mágoa no coração*.

São Cristóvão é inteiramente uma ruína: suas casas empretecidas pelos fenômenos do tempo e pelo abandono dos homens, são como uma confusa multidão de sepulturas exóticas; suas largas ruas, rasgadas sem as considerações de uma medida de arte, todas deterioradas e muitas comidas em grande parte pelos terríveis socovões, semelham destroços de uma velha maltratada, que o mar tivesse arremessado baralhadamente à praia: seus enormes conventos de tosca arquitetura jesuítica, que infelizmente ali demoram como diques opostos à civilização, ao progresso e à liberdade do povo sergipano, parecem, ao primeiro lance de olhos, lendárias fortalezas malassombradas.

Ainda lá está gemendo aos açoites da ventania, todo sujo, esburacado e melancólico, o venerável paço presidencial, com os seus vastíssimos saguões, seu avançado número de quartos e suas janelas sem conta.

E qual se fora uma sentinela valente e sagrada que se imobilizasse no seu posto de honra, a contemplar emudecida as refulgentes histórias de seu passado de triunfos. Falam as paredes daquele casarão histórico, fala o forro dourado de seus salões extensos, e até mesmo é eloquente o seu desprezo. *Ressontam a lenda e a história abraçadas*, na alma daquele centenário solar, onde se desdobram ao fulgor a luz fecunda, todos os planos de liberdade emanados de nossos avós.

Dispensio sério respeito àquele edifício arruinado (Costa Filho, 3 de março de 1907, p. 1).

O palmilhar de Costa Filho pelas ruas de São Cristóvão foi narrado como um exercício doloroso. Um ato de sacrifício, ao contemplar a ruína de um espaço urbano que outrora foi o pulsar econômico, político e social de sua terra natal. Por tal motivo, ele descreve a ação como se fosse provida de mágoa, ao contemplar a cidade que se revelava triste. As falas ecoadas pelas grossas paredes esburacadas e enegrecidas dos sobrados revelavam não o prestígio das edificações em si, mas os planos de liberdade que ali foram sonhados, tracejados e construídos. A luz fecunda irradiada era oriunda da liberdade ali construída pelos avós. Por tal motivo, a ruína emergia como um altar, um espaço sacralizado para cultuar a memória dos antepassados:

Aquela musgosa cronologia de pedra e cal, foi o áureo berço onde criou substância e voou a primeira ideia de nossa libertação; foi o altar iluminado onde alçou-se o primeiro troféu de nossas vitórias; foi o horizonte em que raiou a alvorada de nossa alforria e o sarcófago onde fulminada tombou para sempre a derradeira agonia do nosso cativo. Amo-o; mais ainda; venero-o (Costa Filho, 3 de março de 1907, p. 3).

A ruína, como sinal tangível da humanidade que ali vivera em pretéritas eras, transmutava-se em espaço sagrado de culto aos mortos. Por tal motivo se tornava digna de ser amada e venerada. Não por ser um vestígio do passado. Mas por evocar essas vozes que ali ressoaram em outros momentos. Diante da ruína, da cidade decadente, emerge a

figura do anjo lacrimoso da história, que soluça a saúde plangente, que vela os mortos que ali transmutaram o espaço em palco da história. Sobre anjo em pranto Costa Filho argumentou:

De um extremo a outro da tristíssima cidade cristovana, nota-se o sagrado silêncio que o torpor da saudade e da desolação gera nos lugares decadentes de passada grandeza. Pairem sobre aquele amontoado de ruínas, além das variadas famílias de exóticas parasitas, também o anjo lacrimoso da recordação e as asas brancas e longas do fantasma da saudade. Nenhuma outra dor é mais penetrante e mais rigorosa do que essa que ressuscita da lembrança magoada do que já foi.

E São Cristóvão foi a majestosa capital de Sergipe, aprincesa da antiga Província d'El Rei, cujas plantas eram, como ainda continuam a ser carinhosamente lambidas pela puríssima e milagrosa linfa do serpenteante São Gonçalo.

E quanta saudade em tudo isso! (Costa Filho, 10 de março de 1907, p. 1).

Sobre as ruínas da cidade decadente, emergem os parasitas que transformam os escombros em novo lar, assim como o anjo lacrimoso e as brancas asas do fantasma da saudade. O cenário tecido narrativamente pelo intelectual sergipano de perda total, de desolação pela mágoa do vazio. O anjo contempla os destroços de uma antiga civilização e chora por saber de sua incapacidade de restituir-lhe à vida. Entre o anjo e o fantasma junta-se às lágrimas dos profetas, feitos de carne e osso, que lamentam e praguejam a derrocada de sua cidade:

E aquele mar gelado de ruínas, torna-se por vezes um mar de inesgotáveis inspirações.

Como as Babilônias dos tempos evangélicos, esta destruída Babel dos novos tempos tem seus profetas gentílicos. Alguns deles conheço eu, que à semelhança de Jeremias, choram e declamam sobre as cinzas da desafortunada cidade, ou debruçados nas muralhas de seus templos desabados.

Maldizem o decreto que ordenou a mudança da capital; arrenegam daquela Assembleia Provincial que unânime o assinou e predizem os maus fins de tudo e de todos que para tal concorreram.

Então, os seus olhos enchem-se de lágrimas, tremem seus vultos alquebrados, derreiam as alvas cabeças na curva dos braços enfraquecidos e derramam o copioso pranto das recordações do passado.

E quanta dor em tudo isso! (Costa Filho, 10 de março de 1907, p. 1).

Em uma cidade decadente, pincelada por escombros e sobrados em ruínas, anjos, fantasmas e profetas se curvam diante dos destroços e choram a perda irrecuperável. Na acepção de Costa Filho, a história era o ofício do sofrimento, o mergulho que possibilitava o enfrentamento da perda. A angustiante contemplação da ausência.

Considerações finais

Costa Filho é ainda um intelectual sergipano que pouco aparece nas páginas da história da historiografia sergipana. Oriundo de um contexto marcado por forte presença de gigantes, como Sílvio Romero, João Ribeiro, Fausto Cardoso, Antônio Carvalho Lima Júnior e Manuel dos Passos de Oliveira Telles, ele tornou-se um sujeito secundarizado nas pesquisas sobre o campo das letras e os fazeres historiográficos ao longo da Primeira República.

Em grande parte, esse silêncio é devedor de duas dimensões: do fato de a produção do intelectual ter sido primordialmente veiculada nos jornais, o que corroborou para dispersar o pensamento e, também, pelo teor de suas contribuições, com maior predileção por reflexões epistêmicas da história e com poucas análises acerca das experiências da história sergipana. O mergulho no pensamento historiográfico de Luiz José da Costa Filho, contudo, revela um intelectual que antecipou muitas das questões que se consolidariam no debate acerca da escrita da história ao longo dos decênios subsequentes.

Uma de suas principais contribuições foi no tocante à construção de uma noção de história, que por sua vez, prezava pela investida em atribuir-lhe uma finalidade pragmática na vida social do tempo presente. A história era uma ciência que deveria ter uma utilidade no real. Além disso, influenciado pelo pensamento historiográfico de Fausto Cardoso e de outros pensadores da história de seu tempo, ele partia da premissa de que a história era regulada por leis irrefutáveis, nas quais, os sujeitos estariam cerceados. Essas leis observadas por Costa Filho tinham uma conotação explicativa e de orientação mais centrada na dimensão sincrônica do que diacrônica, ou seja, o movimento do progresso deveria ser entendido a partir de sua pulverização no tempo presente e como se propagava por diferentes povos e espaços.

Contudo, a principal contribuição de Costa Filho incorreu no âmbito do debate sobre o patrimônio, no qual ele assentou o seu pensamento na noção de ruína. O passado só poderia ser contemplado pelo historiador a partir da dimensão da ruína, da decadência, provido pelo sentimento de perda. O historiador emergia assim como o anjo lacrimoso da história, ciente da perda dos sujeitos de outrora e ineficiente na tentativa de captura salvadora das vozes pretéritas. Ao anjo lacrimoso da história resta-lhe apenas chorar diante das ruínas do passado, como se fossem lápides dos grandes homens que fizeram a história em outras temporalidades.

Referências

ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: traços de uma história*. Aracaju: ADGRAF, 2005.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Trad. Sérgio Barreto Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BITTENCOURT, Liberatto. *Brasileiros Ilustres: Sergipe*. Rio de Janeiro: Gomes Pereira, 1913, p. 174-176.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 183-192.

COSTA FILHO, Luiz José da. A sociedade através dos séculos. *Diário da Manhã*. Ano 11, n. 504, 15 de novembro de 1912, p. 1-2.

COSTA FILHO, Luiz José da. Antiguidades. *Correio de Aracaju*. Ano 2, n. 33, 14 de março de 1907, p. 2.

COSTA FILHO, Luiz José da. Breve Memória Histórica sobre a Revolução Republicana de 1817. *Diário da Manhã*. Ano 7, n. 1724, 8 de março de 1917, p. 1.

COSTA FILHO, Luiz José da. Carta a Afonso XIII. *Folha de Sergipe: órgão republicano*. N. 96, Aracaju, 16 de abril de 1908, p. 1.

COSTA FILHO, Luiz José da. João Franco. In: *Folha de Sergipe: órgão republicano*. N. 93, Aracaju, 5 de abril de 1908, p. 1-2.

COSTA FILHO, Luiz José da. Lei de ouro: Roosevelt e minhas conferências. In: *Folha de Sergipe: órgão republicano*. N. 101, Aracaju, 7 de maio de 1908, p. 1.

COSTA FILHO, Luiz José da. São Cristóvão: aspectos das coisas. *Correio de Aracaju*. Ano 2, n. 35, 8 de março de 1907, p. 2.

COSTA FILHO, Luiz José da. São Cristóvão: recordação do passado. *Correio de Aracaju*. Ano 2, n. 37, 10 de março de 1907, p. 2.

DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe (1912-2012)*. São Cristóvão: EDUFS, 2012.

DETONI, Piero. História, ciência, e sociedade em Fausto Cardoso. *História da Historiografia*. V. 14, n. 36, 2021, p. 197-224.

FREITAS, Itamar. *A escrita da história na Casa de Sergipe (1913-1999)*. São Cristóvão: EDUFS, 2002.

FREITAS, Itamar. *Historiografia Sergipana*. São Cristóvão: EDUFS, 2007.

GONÇALVES, Janice. Pensar a(s) história(s) do patrimônio cultural. In: NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *Patrimônio, resistência e direitos: histórias entre trajetórias e perspectivas em rede*. Espírito Santo: Editora Milfontes, 2022. P. 214-241.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002.

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925, p. 200-201.

MECENAS SANTOS, Ane Luíse Silva. “D’um abismo passamos `outro maior”: o patrimônio religioso da cidade de São Cristóvão (1835-1870). *Patrimônio e Memória*. V. 17, n. 2, 2021, p. 343-362.

MECENAS SANTOS, Ane Luíse Silva. “Para assim melhor conservar a desunião”: o patrimônio religioso e formação da Vila de Divina Pastora (1782-1818). *Saeculum: Revista de História*. n. 35, 2016, p. 77-100.

MECENAS, Ane Luíse Silva. “Querelas pelo Sagrado: os impasses pela administração dos bens da Igreja de Divina Pastora, na Capitania de Sergipe Del Rey (1816-1818)”. *Revista História, Memória e Justiça*. ano 1, n. 2, Aracaju, 2008, p. 01-12.

MECENAS, Ane; SANTOS, Magno; CARVALHO, Angelica de. *Ao romper do século XX. O município de São Cristóvão por Manuel dos Passos de Oliveira Telles*. Aracaju: Editora Criação, 2023.

OLIVA, Terezinha Alves de. *Impasses do federalismo brasileiro: Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso*. 2ª. ed. São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2014.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a invenção da historiografia sergipana. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros; SANTOS, Ane Luíse Silva Mecnas; SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *História, Memória e Comemorações na Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE*. Aracaju: IHGSE, 2014, p. 107-156.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus; MECENAS-SANTOS, Ane Luíse Silva; CARVALHO, A. *Ao romper do século XX: o município de São Cristóvão por Manuel dos Passos de Oliveira Telles*. Aracaju: Criação, 2023.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Caminhos da penitência: a solenidade do Senhor dos Passos em São Cristóvão (1886-1920)*. Aracaju: criação, 2015a.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *O prefácio dos tempos: caminhos da romaria do Senhor dos Passos em Sergipe (séculos XIX e XX)*. Niterói, 320f. Tese (Doutorado em História). UFF, 2015b.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Um intelectual a serviço do patrimônio: José Calasans e as políticas do SPHAN em Sergipe. In: ALBUQUERQUE, Samuel. *José Calasans e Sergipe*. Aracaju: IHGSE; São Cristóvão: EDUFS, 2016, p. 152-177.

SILVA, Lígia Monteiro. “*Na trilha de um polígrafo: catálogo da obra de Luiz José da Costa Filho (1905-1944)*”, São Cristóvão, monografia de conclusão de curso de licenciatura em História, DHI/UFS, 2003.

SOUZA, Cristiane Vitória de. A Repúblicas das Letras em Sergipe (1889-1930). *Revista de Aracaju*. V. 9, 2002, p. 189-208.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 231-270.

TELLES, Manuel dos Passos de Oliveira. *Sergipenses: escriptos diversos*. 2ª. ed. São Cristóvão: EDUFS, 2013.

¹ Destacam-se neste grupo intelectuais como Serafim Santiago (Santos, 2015), Severiano Cardoso e Manuel dos Passos de Oliveira Telles (Santos, Mecenas, Carvalho, 2023).

Artigo recebido em 12/09/2023

Aceito para publicação em 07/02/2024